

INCUBAÇÃO EM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA:  
LIMITES E AVANÇOS NO ASSENTAMENTO PAULO DE FARIA (PRATA-MG)

Cristiane Betanho (CIEPS/FAGEN/UFU)

Renato Kamimura (CIEPS)

**RESUMO**

Os trabalhadores rurais assentados não lutam apenas pela posse da terra, mas por torná-la produtiva e sustentável. A experiência mostra que a união em cooperativas ou associações auxilia nesse processo, no entanto, não se deve esquecer a importância da capacitação para a produção e para a comercialização dos seus produtos. A incubação pode auxiliar o processo.

O presente trabalho tem como objetivo apresentar as experiências práticas de produção no Assentamento Paulo de Faria, incubado pelo Cieps – Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU-MG).

Metodologicamente, é uma pesquisa descritiva exploratória, que busca, por meio de dados qualitativos, refletir sobre a importância do processo de incubação no que tange vencer limites e promover avanços em relação à capacitação dos agricultores-empresendedores à luz da Economia Solidária.

**PALAVRAS-CHAVE:** assentamento de reforma agrária; Economia Solidária; produção e comercialização.

**1. INTRODUÇÃO**

Muito se fala sobre o processo de assentamento de famílias no campo. Grande parte da mídia nativa trata o tema pelo viés dos enfrentamentos e com uma visão capitalista do valor da terra. Zanatta (2010) comenta que o debate sobre a real contribuição da produção familiar à geração de riqueza e ao abastecimento de alimentos no país está mais do que vivo. A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) encomendou à Fundação Getúlio Vargas (FGV) estudo que apresenta dados que refutam a visão do IBGE sobre este assunto. Segundo estudo da FGV, a agricultura familiar contribuiria com apenas 23% do valor bruto da produção agropecuária nacional (VBP), ao invés dos 38% apontados pelo IBGE.

Esse exemplo ilustra o quanto é conflituosa a questão do uso da terra. Consequentemente, essa discussão se desdobra nos campos político e acadêmico.

No mundo acadêmico existem trabalhos que analisam os assentamentos como indutores de desenvolvimento no campo pelo incremento da produção da agricultura familiar, porém evidencia-se que os trabalhadores enfrentam diversas dificuldades. Pimentel (2004), ao analisar assentamentos no Pontal do Paranapanema (SP), afirma que existem efeitos deletérios causados pela baixa produção para o autoconsumo, levando os agricultores a aumentarem o dispêndio financeiro em aquisição de produtos para alimentação da família. Outros estudos (VAZZOLER, 2004; BETANHO, 2008), apontam para processos de proletarização da população assentada que, para atender às necessidades familiares, empregam-se em outras propriedades ou nas cidades.

Na última década houve um grande investimento governamental através de programas de incentivos, como o Programa Fome Zero e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF -, entre outros, que proporcionaram aumento na produção dos assentamentos. No entanto, os trabalhos de Pimentel (2000, 2004), Vazzoler (2004) e Betanho (2008) apontam que nem sempre o resultado da produção é o esperado pelos assentados. Essas lacunas entre o esperado e o resultado estão ligadas ao processo de capacitação não somente para a produção, mas também para a decisão do que será produzido e como será comercializado. Os programas públicos de apoio ainda não se debruçaram sobre o tema, uma lacuna que pode ser ocupada pelas Incubadoras Universitárias. Este é um caso que ilustra a problemática apresentada.

A Universidade Federal de Uberlândia – UFU – abriga uma incubadora de empreendimentos populares e solidários, o Cieps – Centro de Incubação de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários. O trabalho tem buscado dar condições para que os trabalhadores-empresendedores retenham para si a parcela da mais-valia que seria apropriada pelo capitalista caso trabalhassem de forma assalariada, ao mesmo tempo que busca que esses grupos amadureçam enquanto empreendimentos solidários e de propriedade coletiva, de forma que não somente conquistem espaços na economia, mas também os ocupem em definitivo, profissional e eticamente.

Atualmente, são atendidos no Cieps seis empreendimentos, ligados a construção civil, coleta de material reciclável, dois grupos ligados à produção de artesanato e um assentamento de reforma agrária, o objeto deste trabalho.

O objetivo do mesmo é apresentar as experiências práticas de produção no Assentamento Paulo de Faria, apontando os limites e os avanços da experiência do empreendimento incubado pelo Cieps.

Esta pesquisa classifica-se como um estudo descritivo exploratório porque essa metodologia, segundo Oliveira (1999), possibilita o desenvolvimento de um nível de análise em que se permite identificar as diferentes formas dos fenômenos, sua ordenação e classificação. É certamente o tipo de estudo mais adequado quando o pesquisador necessita obter melhor entendimento a respeito do comportamento de vários fatores e elementos que influem sobre determinados fenômenos.

Em relação ao tipo de dado coletado, esta pesquisa é qualitativa. Minayo (1994) afirma que a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, preocupando-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado, tais como: motivos, aspirações, costumes, crenças, traços culturais, valores e atitudes, que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. E, ainda, que a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas em um lado não perceptível e não captável das equações, médias e estatísticas.

Nas próximas seções, serão apresentados os elementos teóricos que sustentarão a reflexão da experiência prática que será relatada e, finalmente, nas considerações finais, serão apontados os limites e as possibilidades para o avanço do processo.

## 2. ECONOMIA SOLIDÁRIA

Para França Filho e Laville (2004), a vertente econômica solidária é um dos contramovimentos que questionam o *laissez-faire* na economia. Inscrita tanto na esfera social quanto econômica, a Economia Solidária funda um movimento social de empreendedores rurais e urbanos que não é movido apenas pela rentabilidade do capital investido, mas, indo além dos interesses privados, busca no espaço público um poder-agir na economia.

A partir do final da década de, 1980 no Brasil, a quebra das forças produtivas nacionais (quando da abrupta abertura dos mercados internos, gerando níveis alarmantes de desemprego), chama a atenção para esse sentimento de impotência. Nas cidades, empresas modernizadas fecharam milhões de postos de trabalho, enquanto que, no campo, a mecanização do processo de produção, e a dependência de insumos químicos redundaram na falência crescente e acelerada da pequena propriedade rural e da agricultura familiar, resultando na exacerbação do êxodo rural, talvez sem precedentes na história da agricultura brasileira.

Com a perda dos postos de trabalho, mais e mais pessoas passaram a viver do subemprego e de práticas da economia informal, que no entanto representam um simulacro das práticas mercantis oficiais e podem dar guarida à precarização das relações de trabalho (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004).

Aí se insere o estudo da Economia Solidária (ES) e seus Empreendimentos. Para França Filho e Laville (2004), a base em que se situa o desenvolvimento da vertente econômica solidária é o encontro das esferas social e econômica, dado que a motivação não advém somente da expectativa de retorno dos empreendimentos. Vieira (2006) considera a ES uma alternativa de emprego e renda que, propondo uma nova relação capital-trabalho, contribui para aumentar a produtividade, no entanto distribuindo seus ganhos de forma mais justa.

Corroborando a idéia, Singer (2003) reflete que se busca um equilíbrio entre a dimensão social e a econômica, visando a encontrar outras alternativas para os momentos de crise do que o simples repasse à sociedade de seus custos, como se observa nas empresas capitalistas.

Nessa perspectiva, os princípios da economia solidária e as características dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) constituem-se no caminho mais provável para se chegar a um modelo sustentável.

O Fórum Brasileiro da Economia Solidária (2003), em sua Carta de Princípios, define como princípios gerais da Economia Solidária a valorização social do trabalho humano; a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade; a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza; e os valores da cooperação e da solidariedade.

Eid (2003), analisando as experiências e desafios da Economia Solidária (ES) nos tempos atuais, afirma que, em diversas regiões do país, já se podem observar, na trajetória ocupacional dos associados, algumas vantagens relativas do trabalho cooperado, em relação ao trabalho anterior: renda monetária, condição de co-proprietário, auto-estima, desenvolvimento intelectual, busca do trabalho prazeroso. A eficiência é entendida como o resultado da conjugação de interesses e motivações dos membros. Algumas experiências de ES estão sendo vistas como embriões de novas formas de produção e organização do trabalho e do mercado, revigoradoras de setores populares excluídos e instrumentos de emancipação e de apropriação de tecnologias produtivas e organizacionais.

De fato, Mior (2005), analisando as agroindústrias familiares rurais do oeste de Santa Catarina, percebe que a miríade de formas organizativas (que vão da produção familiar à constituição de associações e cooperativas de tamanhos variados), evidencia um tipo especial de capital social. Nas redes familiares / cooperativas, prima-se pela formação de redes de cooperação, que valorizam o agricultor e a mão-de-obra familiar como estratégia de reprodução da agricultura camponesa, ao mesmo tempo em que se adotam formas de governança baseadas em valores locais, sociais e ecológicos, além de produzir alimentos de qualidade diferenciada – baseados nas preferências locais, sem uso de agrotóxicos, artesanais, entre outros fatores de diferenciação. Esse capital social, aliado às competências acumuladas pelos agricultores-empresários e, em menor grau, o acesso ao capital, está respondendo à crise ambiental e econômica daquela região, ao mesmo tempo em que reafirma sua capacidade produtiva sem, no entanto, reproduzir a lógica das redes convencionais.

### 3. ORGANIZAÇÕES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: EMPREENDIMENTOS AUTOGERIDOS

Para Gutierrez (1997), a idéia da empresa autogerida é praticamente tão antiga quanto a empresa industrial e volta com força no início do século XXI, refletida em experiências denominadas Economia Social, Terceiro Setor e Cooperativismo de Trabalho. Velhos problemas continuam a pontuar a vida das organizações que vivem essa experiência: propriedade, que agora também incorpora ativos intangíveis como marcas e patentes; questão salarial, já que as pessoas sempre querem “ganhar bem”; e a participação, crucial para as empresas de autogestão, no entanto significa mais trabalho.

A adaptação do trabalhador à autogestão tem que levar em consideração a cultura e a história do grupo, seu envolvimento com o trabalho (não só na execução, mas no planejamento), e capacidade de crítica e superação de uma formação autoritária inculcada pelo meio social. Além disso, deve-se trabalhar para superar a mistificação das técnicas de gestão, por meio da prática de

educação continuada, que deve se voltar para questões gerais e fundamentais da administração, reciclagem técnica, preparação específica para autogestão, buscando o aperfeiçoamento humano necessário à sobrevivência e crescimento no mercado concorrencial, assim como para engajar definitivamente o coletivo.

Gallo (2003), analisando os dilemas e dificuldades enfrentados pelos empreendimentos solidários, cita como principais a forma como o empreendimento entra no mercado, comercializa os seus produtos e serviços, consegue ter acesso ao crédito, como realiza o controle orçamentário, organiza o trabalho e a produção e, por fim, como adquire e usa tecnologias. Apesar dos exemplos exitosos, não se deve relativizar o papel das políticas públicas em apoio às iniciativas, principalmente traduzidas em crédito e acompanhamento tecnológico. Além de expandir essas duas frentes, é indispensável agregar formação para melhorar suas condições de vida.

Em complemento à ideia, Oliveira et al. (2003) sublinham: a sobrevivência dos empreendimentos populares está relacionada à capacidade de encontrar soluções para os problemas, um desafio duplamente maior, posto que se trata de uma alternativa para o processo de marginalização e exclusão social. A maioria dos problemas advêm da relação anterior dos cooperados com o mundo do trabalho, principalmente em função da inexperiência em gestão, da educação recebida e do choque cultural quanto ao papel que o trabalhador ocupa na organização. Os autores ressaltam a necessidade de desenvolver formas de conviver com a contradição decorrente do modo de produção cooperativista e o mundo capitalista em que devem competir e a importância de programas que visem mudar culturalmente a visão dos cooperados, para o que as incubadoras dentro das universidades desempenham papel fundamental.

#### 4. O CIEPS

O Centro de Incubação de Empreendimentos Populares Solidários (Cieps) foi institucionalizado no âmbito da Universidade Federal de Uberlândia no dia 18 de setembro de 2008. O Cieps é resultado da concretização de uma demanda social apresentada no Fórum de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis “Olívia Calábria” em 2001. Os movimentos sociais solicitaram a criação de uma estrutura a partir da qual a comunidade pudesse se apropriar da produção científica e tecnológica da universidade, uma estrutura que apoiasse as iniciativas produtivas autogestionárias de geração de trabalho e renda surgidas nas camadas populares, a partir da perspectiva teórico-prática da Economia Solidária.

O programa de incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) tem, como objetivo, auxiliar trabalhadores interessados em construir empreendimentos populares solidários, descentralizados e autônomos, nas óticas administrativa, financeira e social. Tem como fundamento institucional a realização da extensão universitária em articulação indissociável com a pesquisa e o ensino, sob a perspectiva da Economia Popular Solidária.

A proposta metodológica para a incubação dos empreendimentos consiste na ação participativa, orientação pelos princípios da ES, trabalho cooperativo e atuação em redes solidárias por meio de um processo dialógico, com vistas a fortalecer o protagonismo do grupo em incubação e sua autonomia em relação à equipe da Incubadora. Os procedimentos são construídos a partir de uma relação mútua entre o ambiente acadêmico e os grupos populares e em sua extensão com os parceiros, tendo em vista a inclusão da questão do desenvolvimento de ações sustentáveis e solidárias. Esta opção metodológica contempla a construção coletiva de saberes, troca de informações e de conhecimentos, bem como a difusão de resultados, além de proporcionar a formação de seus membros e a articulação com as entidades nacionais e internacionais que desenvolvem atividades no campo da Economia Solidária.

O plano de trabalho de incubação no Cieps envolve trabalho de professores, estagiários e agentes da comunidade em três dimensões interligadas: a socioeducativa, cuja missão é contribuir para que membros e familiares do grupo cooperativo alcancem os direitos sociais necessários ao exercício da cidadania plena durante o processo de incubação de um empreendimento; a político-jurídica, cujo objetivo é capacitar dirigentes e membros da comunidade para a emancipação jurídica dos empreendimentos em relação ao processo de representação na sociedade e também quanto à sua existência como pessoa jurídica; e a

dimensão da sustentabilidade econômica, que tem a finalidade de refletir sobre os riscos e os fatores que viabilizam ou inviabilizam a atividade econômica da organização, culminando na sistematização de um plano de negócios que permite visualizar o futuro do empreendimento em relação aos seus mercados e o retorno do investimento dos trabalhadores-empresendedores, dentro da perspectiva solidária.

O processo de incubação é realizado em três fases: a de pré-incubação, na qual é realizado o diagnóstico (situação atual / situação desejada) do empreendimento em relação às três dimensões citadas, a existência jurídica do empreendimento é legalizada e são construídos os planos de ação de curto, médio e longo prazo; a de incubação, em que o programa de intervenção crítica é implantado e monitorado; e pós-incubação, fase que é intensiva em preparar empreendimento para a autogestão sem a presença do Centro de Incubação.

Os agrupamentos de produtores do Assentamento Paulo de Faria estão passando pela fase de incubação. Os resultados preliminares são expostos a seguir.

## 5. O ASSENTAMENTO PAULO DE FARIA E A PRODUÇÃO SOLIDÁRIA

A área do assentamento em análise está localizada no município do Prata, na região do Triângulo Mineiro (MG). A área, de 5.800 há, anteriormente conhecida como Fazenda Taquara, foi ocupada em 2004 e, em função da pressão popular, foi comprada pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para assentar 220 famílias.

54

O agrupamento escolheu o nome de um companheiro de luta, Paulo de Faria, para o assentamento. Esse agricultor faleceu, por motivos ligados à saúde, antes de ver seu sonho realizado. A associação formada pelos agricultores tem o mesmo nome.

Atualmente, moram na área 90 famílias, em barracas de lona e outras estruturas improvisadas. Apesar de o dinheiro destinado à construção das moradias já ter sido liberado pelo Incra, a área ainda não tem Relatório de Impacto Ambiental, portanto, as construções ainda não podem ser feitas.

Em termos de projetos produtivos, a área tem espaços ocupados vários projetos, todos em fase inicial:

a) Criação de peixes: a incubadora está estimulando um agrupamento de assentados a construir pequenos lagos para a produção de peixes em cativeiro. Projetos estão sendo encaminhados para auxiliar os produtores a providenciar as estruturas e para dar a assistência técnica necessária a obtenção de bons resultados. Na atualidade, não existem resultados para relatar.

b) Produção de leite: vários produtores possuem cabeças de gado e exploram a extração de leite e a fabricação de queijos. Por meio de projeto junto ao ITER (Instituto de Terras de Minas Gerais), os assentados conseguiram um tanque de resfriamento de leite, o que possibilita o armazenamento do produto com qualidade para que o mesmo possa ser comercializado para um laticínio local. Essa comercialização é realizada coletivamente e os frutos são divididos em relação à quantidade de produto ofertada por cada assentado.

c) Hortaliças e legumes: são produzidos individualmente e comercializados da mesma forma no CEASA de Uberlândia (MG), a maior cidade próxima. A venda é feita para atravessadores.

d) Artesania: um agrupamento de mulheres produz artesanato a partir de materiais presentes no assentamento e recicláveis. Esse grupo passou pelo processo de qualificação em técnicas de artesanato com as oficinas do “Sinhá Recicla”, outra organização incubada no Cieps.

e) Criação de galinha caipira: produção de aves e ovos para autoconsumo e comercialização.

Esse projeto de criação de galinhas merece mais linhas de detalhamento, tendo em vista que já tem gerado resultados que, mesmo que iniciais, modificaram a qualidade de vida de um grupo de famílias. Inicialmente, um grupo de mulheres, pertencentes a quatro famílias assentadas, recebeu pintinhos e reprodutores de uma espécie de frango caipira bastante valorizada para carne na região. As famílias foram orientadas em relação à alimentação das aves e seu manejo sanitário. A incubadora, por meio de um técnico, dá assistência aos assentados, auxiliando de quando em quando na compra de ração e na vacinação dos animais.

A experiência se mostrou positiva. Atualmente, as famílias comercializam cada uma aproximadamente 20 frangos por mês, a um preço médio de 18 reais a unidade. Tanto a produção como a comercialização são individuais. Além da renda financeira auferida pela prática, os assentados melhoraram sua alimentação: cada família come duas a três cabeças de frango por semana,

e ainda tem os ovos a disposição da nutrição familiar, portanto, melhoraram as condições de vida desses assentados e seus agregados.

Uma evidência da positividade do resultado é que outras duas famílias foram atraídas para o projeto, e ainda existem outras que gostariam de integrar a equipe produtora. No entanto, a expansão do mesmo está condicionada a construção de infraestrutura que resguarde os animais e à capacidade de aquisição de ração e vacinas, o que depende de recursos atualmente não disponíveis. Um aumento da produção também significaria o acesso a novos canais de distribuição, portanto, essa expansão da rede de produtores é oportuna.

Outro fator limitador à expansão dos projetos econômicos no assentamento é a distancia entre os lotes dos assentados, que dificulta reuniões constantes e, portanto, reduz a capacidade do coletivo de pressionar o poder público. A combinação entre distância e deficiência organizativa faz com que as demandas sejam encaminhadas com menos urgência do que poderia um coletivo forte utilizar.

Além disso, existe, como em outros agrupamentos, uma resistência à cooperação. Da mesma forma como visto por Betanho (2008), os produtores rurais do assentamento Paulo de Faria não confiam o suficiente em seus companheiros para empreender em conjunto, o que dificulta o processo empreendedor, dada a profusão de objetivos e a ausência de recursos.

Como projeto para o futuro, além de aprofundar as experiências relatadas, pretende-se implantar, nas áreas coletivas do assentamento, um projeto de fruticultura típica de áreas de cerrado, com vistas a produzir produtos exóticos e diferenciados.

55

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Machado e Silva (2004), pesquisando o processo de aquisição de frutas, legumes verduras por sacolões e varejões das cidades de São Carlos e Araraquara, perceberam que eles preferem adquirir toda a gama de produtos disponibilizados em seus pontos de venda diretamente dos produtores, por acreditarem que possuem qualidade superior. No entanto, os produtores familiares daquela região não conseguiam disponibilizar volume suficiente, sendo necessária a compra por meio de atacadistas e/ou de atravessadores (que, por sua vez, adquiriram os hortifrutis de pequenos produtores) para complementar o abastecimento das lojas. Muito provavelmente, essa realidade pode ser generalizada para quaisquer compradores organizacionais em qualquer cidade, o que denota oportunidade para os assentados de Paulo de Faria.

A mesma coisa se dá em relação à produção e comercialização de frangos caipiras. Os assentados mapearam compradores que pagariam mais se pudessem adquirir mais frangos em uma só área, dado que reduziriam suas despesas logísticas. Certamente, para que se escoe a futura produção de peixes, essa limitação precisa ser resolvida.

Para que essas atividades sejam viabilizadas, precisa-se desenvolver o que Razeto (2000) identifica como um fator que diferencia a lógica das empresas convencionais das solidárias: o “fator C”, o fazer em conjunto, utilizado para a produção, comercialização, autogestão, entre outros. Pimentel (2004), analisando assentamentos de reforma agrária do Pontal do Paranapanema, aponta a necessidade da formação de um tecido social entre os assentados, visando ao seu fortalecimento enquanto grupos. Fica evidente que a organização dos trabalhadores é condição de importância para o enfrentamento do processo produção/comercialização dos produtos.

Como em outros assentamentos, também no Paulo de Faria a produção é majoritariamente comercializada via atravessadores ou apropriada por terceiros agroindustriais ou distribuidores, que agregam valor às matérias-primas e, conseqüentemente, apropriam-se dos sobrevalores gerados por essas atividades, o que reduz o resultado da comercialização dos produtos –

geralmente matérias-primas e produtos in natura, com baixo valor agregado percebido. Isso precisa ser superado, e o “fator C” é essencial para tanto.

Segundo Nascimento (1998) o setor de alimentos, se devidamente apoiado com tecnologia, gerenciamento e marketing, poderá ser ocupado pelos pequenos produtores, utilizando-se para isso nichos específicos de mercado. Ele cita o nicho dos produtos artesanais, mas ainda existem os orgânicos, os mercados de vizinhança, entre outros, que devem ser estudados com a mesma atenção. No entanto, vale salientar a observação de Nascimento (1998): esses produtos devem apresentar aspectos de padrão, de embalagem, de sanidade e detalhes de marketing reconhecidos pelos clientes nos produtos do mercado tradicional. Assim, corroborando a ideia de Leite et al. (2004), o acesso à propriedade da terra e o aporte de mão-de-obra familiar para o trabalho no lote são elementos necessários, mas não suficientes para dar plenas condições de produção à população assentada. Assistência técnica, crédito e financiamento são essenciais para dar condições produtivas aos agricultores. Por isso a importância das incubadoras universitárias. Sob o marco da Economia Solidária, e compartilhando ferramentas de gestão apropriadas à realidade dos assentados da reforma agrária, pode-se auxiliar os trabalhadores-empresendedores para que os mesmo se tornem produtores de valor agregado, ao mesmo tempo em que se busca superar o paradigma da produção capitalista. Experiências nesse âmbito já vêm acontecendo de forma isolada. Se devidamente massificadas, podem gerar mais e melhor trabalho e renda para o agricultor, revertendo o êxodo de jovens para a cidade e gerar trabalho para as mulheres.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

56

BETANHO, Cristiane. Produção e comercialização em assentamentos de reforma agrária do MST: pesquisa participativa e pesquisa-ação em Pernambuco e no Rio Grande do Sul. 318 f. Tese (Doutorado) – Departamento de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, 2008.

EID, Farid. Descentralização do Estado, Economia Solidária e Políticas Públicas: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo? In: IX Congresso da Federação Internacional dos Estudos sobre América Latina e Caribe – FIEALC. Osaka, Japão, 2003. EID, Farid; PIMENTEL, Andréa H.B.; SEVERINO, Maico R.; SANTOS, Clarice. Cadeias produtivas sob controle de famílias cooperadas do MST-Brasil. Anais do VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural – ALASRU. Quito, Equador, 20-24/11, 2006.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Carta de Princípios. III Plenária Nacional da Economia Solidária – junho/2003. Internet: [http://www.fbes.org.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=63&Itemid=60](http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=63&Itemid=60)  
Acesso em 25/05/2008.

FRANÇA FILHO, Genauto C. e LAVILLE, Jean-Lois. Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

GALLO, Ana R. Empreendimentos Econômicos Solidários: alternativas organizacionais de (re) inserção social e econômica. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, São Carlos: UFSCar, 2003. 271 p.

GUTIERREZ, Gustavo L. Autogestão de empresas: novas experiências e velhos problemas. In: VIEITEZ, Cândido G. (org.). A empresa sem patrão. FINEP, 1997.

ICAZA, Ana M.S.; TIRIBA, Lia. Economia Popular. In: CATTANI, Antônio D. (org.) – **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

LEITE, Sérgio; et al. **Impactos dos Assentamentos** – um estudo sobre o meio rural brasileiro. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura - Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. São Paulo: Edunesp, 2004.

LISBOA, Armando M. Mercado Solidário. In: CATTANI, Antônio D. (org.) **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

MACHADO, Melise D.; SILVA, Andréa L. Comercialização de produtos da agricultura familiar: uma análise exploratória do varejo. **IV JCEA** - Campo Grande, MS, Brasil, 6 a 8 de outubro de 2004.

MINAYO, M.C.S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIOR, Liuz C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005.

NASCIMENTO, Edson F. **Agregação de valor**: perspectivas futuras. Palestra proferida durante a XXIII Semana da Ciência e Tecnologia Agropecuária, Jaboticabal/SP – Maio/1998.

OLIVEIRA, S.L. **Tratado de Metodologia Científica**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 1999.

OLIVEIRA, Vanderli F.; SOUZA Jair T.; ROCHA, Guilherme O. Organização da produção de cooperativas populares: problemas, soluções e mudanças culturais. In: HECKERT, Sônia M.R. (Org.). **Cooperativismo Popular**: Reflexões e Perspectivas. Juiz de Fora: EDUFJF, 2003, 222p.

PIMENTEL, Andréa E. B. **As cooperativas de reforma agrária como alternativa para a geração de trabalho e renda**: os casos da COCAMP e COPAVA. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. São Carlos: UFSCar, 2000.

PIMENTEL, Andréa E. B. **Assentamentos de Reforma Agrária na região do Pontal do Paranapanema e seus impactos econômicos e sociais**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. São Carlos: UFSCar, 2004. 267 p.

RAZETO, José Luiz. Educar para a subsistência e a solidariedade: requisitos de formação e capacitação para o mundo do trabalho autônomo e associativo. In: SOUZA, João Francisco e PORTO, Zélia Granja (orgs.) **Educação popular**: participação, exclusão na América Latina hoje. Recife: Nupep, 2000.

SINGER, Paul. Economia Solidária. In: CATTANI, Antônio D. (org.) – **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

VAZZOLER, Márcia R. **Cooperativismo em assentamentos de reforma agrária**: a sobrevivência de cooperativas do MST no contexto capitalista. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. São Carlos: UFSCar, 2004. 301 p.

ZANATA, Mauro. Estudo questiona peso da produção familiar. **Valor Econômico** 06/05/2010. Disponível em: [http://www.valoronline.com.br/?impresso/agronegocios/306/6250440/estudo-questiona-peso-da-producao-familiar&utm\\_source=newsletter&utm\\_medium=manha\\_06052010&utm\\_campaign=informativo](http://www.valoronline.com.br/?impresso/agronegocios/306/6250440/estudo-questiona-peso-da-producao-familiar&utm_source=newsletter&utm_medium=manha_06052010&utm_campaign=informativo). Acesso em: 06 mai 2010.